O homem errado

11/05/2012

Por Emiliano José, na Teoria e Debate

Não está concluído o debate em torno do papel da mídia hegemônica no impeachment de Collor. Nem tão cedo estará. Há, quase majoritariamente, fora da academia, uma visão que superestima esse papel e que, por isso, quem sabe, subestima a trajetória anterior, quase tenta esconder o fato de a esmagadora maioria dos meios de comunicação terem apoiado Collor na campanha e, também, sustentado entusiasticamente seu governo até a eclosão da crise, com a entrevista de Pedro Collor à revista Veja. Fundamental ressalvar a exceção de IstoÉ, que foi essencial, tanto na campanha quanto durante o governo de Collor nas denúncias dos graves problemas que aparecerão depois, como por mágica.

Eu próprio escrevi um livro sobre o assunto, abordando especialmente o papel da imprensa escrita. Creio ter me aproximado razoavelmente da análise das causas daquele episódio. Não é fácil, quando nos encontramos ainda tão próximos dos acontecimentos, chegar a conclusões seguras, mas é preciso ousar. Aqui, tentarei desenvolver um pouco mais o que iniciei nos estudos do Mestrado na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, e que resultou no livro Imprensa e Poder – Ligações Perigosas, já com duas edições.

Uma crise política pode ser só uma crise política. Dito de outra forma, ela pode não se ligar diretamente à economia, embora dificilmente se dê de forma tão limpa. Poulantzas diria que nada mais falso do que acreditar que uma crise política, uma condensação das lutas de classe a nível político e no seio do Estado, só possa resultar de uma crise econômica no sentido estrito. Nessa linha de combate ao economicismo, vamos encontrar um sem número de autores, entre os quais, além de Poulantzas, devo destacar Antonio Gramsci, o notável intelectual e dirigente comunista italiano.

Só que também não é possível imaginar crises políticas completamente deslocadas do mundo material, sem algum enlace com a vida econômica, nem que de raspão, que acho foi o caso da crise que resultou na queda do presidente da República. Ela não decorreu de uma crise econômica, de modo nenhum. Mas, os atores econômicos não estão inteiramente à margem dela. A seu modo, com seus específicos movimentos e sinais, participam daquela conjuntura, intervém nela.

O Brasil recém saíra de uma ditadura. Os ventos democráticos decorrentes da acumulação de forças ocorrida no próprio processo de luta contra o regime autoritário garantiram que a Constituição que se seguiu, a de 1988, tenha sido inegavelmente a melhor que o país já produzira, com um sólido acento social-democrata, com uma matriz fortemente democrática. Foram esses ventos que não permitiram que o neoliberalismo se implantasse logo em seguida, que só tenha tido a possibilidade de aparecer com sua face real nos meados dos

anos 1990. Sarney fora um acidente histórico, decorrente da morte de Tancredo Neves. Foi um governo errático, especialmente depois da derrota do Plano Cruzado.

Para as primeiras eleições diretas do pós-ditadura, as classes dominantes brasileiras procuravam um ator que conseguisse levar à frente um programa que satisfizesse seus interesses, e estes estavam vinculados, não importa se muito claramente ou não, a uma perspectiva neoliberal, em ascensão no mundo. Margaret Thatcher dava-lhes régua e compasso. À falta de um ator melhor, foram buscar Collor, e com ele conseguiram a vitória, derrotando Lula no segundo turno. E dois anos de governo depois, irrompe a crise política. A pergunta que se impõe: e por que razão a crise não explodiu antes, já que a esmagadora maioria das coisas ditas por Pedro Collor, irmão do presidente, à revista Veja, já havia sido revelada por IstoÉ?

Aqui é que a porca torce o rabo. A mim me parece que o governo Collor, muito cedo, atemorizou as classes dominantes, tanto quanto o fez em relação às camadas médias, à pequena burguesia. Bernardo Kucinski chega a dizer que uma das melhores hipóteses para explicar o Collorgate é a de que Veja e IstoÉ estivessem expressando um profundo sentimento da classe média brasileira, que se considerava traída pelo presidente por conta do confisco da poupança. Como parte da explicação, sem dúvida. Creio que há, no entanto, uma hipótese mais ampla, sem que se elimine também a insatisfação das camadas médias como uma das causas. Penso que começava a se insinuar, então, uma crise de hegemonia pelo que tinha aquele governo de imprevisível, e as classes dominantes não gostam de governos imprevisíveis, e que, além de tudo, contrariem seus interesses de curto e longo prazo. O contrariar interesses, no caso Collor, dava-se mais pela falta de rumos claros, da ausência de aplicação de um programa nítido, do que por qualquer proposta reformista que pudesse assustá-las. Era um governo de direita, como pediram as classes dominantes, mas imprevisível, perigoso, assim. É como se as classes dominantes começassem a dizer “não foi isto o combinado”.

Sempre tomando o cuidado de não pretender conferir similitude a situações históricas diversas, não custa lembrar o que dizia Marx no 18 Brumário: diante daquela torturante situação provisória que a França vivia, a burguesia sentia-se autorizada a exigir que seus representantes pusessem fim àquele quadro e, simultaneamente, mantivessem o status quo. E pediram o auxílio da espada.

De alguma forma, o governo Collor como que colocou o Brasil numa torturante situação provisória, gerando um clima de instabilidade permanente, que, como já ressaltado, não interessa às classes dominantes. Assim, a crise que eclode pelas páginas das revistas e jornais, e que tem uma vida relativamente breve – de maio a setembro de 1992, se tomamos a entrevista de Pedro Collor à revista Veja como início e o impeachment como finalização – já estava relativamente madura, vinha se desenvolvendo com a evidente perda de apoio social de Collor.

Por perda de apoio social, leia-se especialmente o apoio das classes dominantes, que começaram a torcer o nariz para ele desde que sentiram que o modelo alagoano levava em conta apenas e tão-somente o pequeno grupo que cercava o presidente, e não o conjunto de interesses das classes dominantes.

Assim, não é difícil concluir que a velha mídia entra no jogo quando as condições subjetivas estão maduras, quando os de cima estão desejando aquela intervenção, estão querendo que se bata o tambor, que a crise exploda com a devida intensidade. Poderia tê-lo feito antes, e não o fez por sentir que ainda não era hora. Deixou a revista IstoÉ clamando no deserto, solitária.

Claro que nada se dá de forma automática, nem linear. Claro que há dinâmicas próprias da mídia, como alguns logo poderão alertar, e há. Só que a mídia silenciou diante das mesmas coisas que o Pedro Collor dirá na entrevista à Veja, em maio de 1992. É fato. Até ali, nada aconteceu, a não ser o estrondoso silêncio diante do notável trabalho de IstoÉ, como já ressaltado. Claro que a crise podia apenas e tão-somente atingir o objetivo “de deixar o Collor do tamanho do Nelson Ned”, como diria bem antes do impeachment o deputado Benito Gama, liderado do então governador Antonio Carlos Magalhães, que pretendia preservar Collor no poder, desde que fraco. O PFL não queria derrubá-lo. Apenas deixá-lo menor.

Aí, sem dúvida, a mídia e depois os caras-pintadas desempenharam um papel essencial para que o desdobramento da crise fosse o impeachment. Portanto, a crise que resultou no primeiro e único impeachment de um presidente não caiu como um raio num dia de céu azul. As classes dominantes não o queriam mais. Era necessário tirá-lo da frente para que tudo permanecesse como dantes no quartel de Abrantes.

E à mídia cabia partir para o estardalhaço, fazer todo o barulho que fosse possível para que o objetivo fosse alcançado, e foi. Não fosse o impeachment, e Collor, no mínimo, estaria subjugado às forças mais conservadoras do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães à frente, e de qualquer forma, do ponto de vista das classes dominantes, não provocaria aquela sensação de torturante situação provisória.

Pode ter acontecido que a imprensa, antes mesmo que muitas parcelas dominantes das áreas políticas e econômicas tivessem consciência plena da gravidade da situação, tenha se dado conta de que Collor podia não só deixar de consolidar um consenso hegemônico estabelecido há tanto tempo, coisa de que fato ele não conseguiu. Como, também, Collor poderia abrir as portas para um período conturbado, incerto, no país, com a eventual entrada em cena das classes dominadas, o velho temor de quem está por cima da carne seca. Antes que eles o façam, façamos nós – tem sido assim as nossas transições pactuadas, sempre por cima, como no caso.

A imprensa, nessa operação, contribuiu para a construção, ou reconstrução, de um consenso baseado nas velhas fórmulas e quase que nos mesmos atores. Não participou de forma tão exclusivamente profissional, como às vezes se pretende fazer crer. Sabia sempre o jogo político que estava jogando, mesmo que não dominasse todas as consequências. Tirar Collor, a partir de certo momento, tornou-se imperioso para restabelecer a ordem e a calma sob um velho, mas renovado, consenso – disso a velha mídia tinha consciência. E a ordem e a calma combinavam com a continuidade da mesma política de Collor, que era apenas o homem errado. O programa era certo, como acreditou a mídia sempre.

Bob Fernandes e João Santana, dois notáveis jornalistas, me deram excelentes entrevistas sobre essa conjuntura jornalística quando do meu mestrado, e que estão no livro Imprensa e Poder – Ligações Perigosas. Bob Fernandes continua jornalista. João Santana é hoje homem da comunicação política, tendo dirigido campanhas de Lula, Dilma, Fernando Haddad, para lembrar algumas. Bob Fernandes é um dos melhores repórteres que conheci, como o é também João Santana.

Desde o começo do governo Collor, Bob diz que começou a encontrar muita gente profundamente insatisfeita com os rumos da nova gestão. Essa gente dizia que estava tendo que pagar 33% quando a taxa histórica da corrupção, segundo as fontes de Bob Fernandes, sempre andara na casa dos 10%.

“A gente tem de dizer que o que detonou o Collor desde o começo, e até quase o final, foram movimentos feitos em grande parte pelos corruptores. Porque o esquema dele era tão pesado, e tão amador, que incomodava a quem pagava. Não foram, como a gente diz, os jornais, as revistas, a imprensa que liquidaram Collor após grande movimentação da sociedade civil.”

Ressalta que IstoÉ fez o trabalho que fez porque o redator-chefe era Mino Carta e porque o dono, Domingo Alzugaray deu sinal verde para que a revista seguisse adiante. Assim, na opinião dele, a pauta em torno da corrupção no governo já vinha sendo amplamente cumprida por IstoÉ, e há muito tempo. Quando estourou a entrevista do Pedro Collor parecia que tudo era novidade.

“O que o Pedro Collor conta de novo naquela sequência de entrevistas é a cocaína e a mulher, o roteiro da cocaína e a mulher que o cara tentou cantar e ele detalha coisas do esquema. O que o Pedro faz é, por força do parentesco, dar um impacto gigantesco, não permitir que houvesse dúvidas. Mas, o roteiro do crime estava esmiuçado desde antes. O papel de investigação da imprensa não teve o tamanho, a precisão e o timing, em especial o timing, que a imprensa se outorgou. Salvo no episódio do motorista Eriberto e na Operação Uruguai”.

Não é muito diferente a posição de João Santana, que sucedeu Bob na IstoÉ. Para ele, o que acontece, de modo geral, com a imprensa brasileira no período pré-CPI do PC – referência a Paulo César Farias, principal operador de Collor – é a continuidade da política de aliança da grande imprensa com o presidente, "que fora tecida, quase unanimemente, desde o segundo turno da campanha eleitoral". Na opinião dele, quem rompe com essa aliança é um personagem e um fato imprevisíveis – denúncia de Pedro Collor à revista Veja.

E, como ele ressalta, não foi a imprensa quem descobriu Pedro Collor, mas este que a utilizou da maneira que quis e no momento que quis, avaliando as consequências que teria, embora talvez não conseguisse medir tudo que iria ocorrer. Assim, Santana pergunta, "onde estava este grande 'jornalismo investigativo' durante a campanha de Collor, durante seu primeiro tempo de governo, e até mesmo durante a CPI? Talvez estivesse ainda para nascer, como continua até hoje".

O que desejo frisar, e tentar corrigir, é o equívoco da leitura, já consolidada, de que o caso Collor significou o ápice do jornalismo investigativo. Isso é falso. Ele foi, sim, o momento glorioso da competição jornalística, quando todos os veículos da grande imprensa lançaram-se num jogo decisivo de sobrevivência, um jogo de vida e morte. O jornalismo investigativo brasileiro continua, antes e depois de Collor, onde sempre esteve: na estaca zero.

O que João Santana chama de banho purificador da grande imprensa no período Collor, não foi acompanhado, como ele mesmo ressalta, por nenhuma autocrítica. E isso, esse autoendeusamento, reforçou "uma série de aspectos negativos da imprensa brasileira, como, por exemplo, a irresponsabilidade no trato com a notícia, com a vida e a intimidade das pessoas". Reforçou, acrescenta Santana, "uma doença que é universal no jornalista – a vaidade". A imprensa começou a pensar que de fato faz jornalismo investigativo.

E nós sabemos, muito bem, que boa parte da imprensa é incompetente, que agride a sociedade terrivelmente, pois trabalha de forma irresponsável e nem sempre honesta, que nem sempre é profissional. O day-after do caso Collor deixou uma ressaca de vaidade e fúria denunciante ímpar na imprensa brasileira. Partiu-se para se querer destruir tudo e todos. Uma coisa sanguinária. Acho que a imprensa brasileira tem que partir para uma reflexão interna profunda ou ela, logo, logo, vai ser cobrada. Nós não podemos nos julgar acima das instituições.

Collor sofre o impeachment no dia 29 de setembro de 1992. No final de dezembro, após decisão do Senado, assume o novo presidente da República, Itamar Franco, porque vice-presidente da República. A intervenção dos de baixo, os caras-pintadas, se contribuiu para algum avanço, algum, quanto à ética na política, não significou nenhum abalo no quadro hegemônico de então, e creio que esse registro é necessário para que não se superestime a presença dos caras-pintadas. Itamar será uma espécie de antessala para o domínio neoliberal que virá, com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, e a atuação da mídia em 1994, para eleger FHC, será tratada em outro capítulo.

Para concluir quero apenas precisar o que quis dizer quando falei que Collor era o homem errado. Acontece que a velha mídia participa de modo decisivo na derrubada de Collor, mas lamenta que o impeachment tenha de acontecer, especialmente porque declaradamente apoiava o programa dele. Aqui não se trata de especulação: majoritariamente, a mídia hegemônica expressou essa posição. E é isso que pretendo demonstrar, ao final desse ensaio, limitando-me ao jornalismo impresso.

A Folha de S. Paulo, edição de 30 de setembro de 1992, portanto, dia seguinte ao impeachment, dia das manchetes da saída de Collor, faz uma afirmação reveladora da relação dela com Collor: A sociedade exigiu a saída do presidente em nome de um Brasil novo que ele mesmo propôs e traiu.

Clara a posição: o neoliberalismo proposto por Collor era positivo, bem-vindo. Assim, um Collor menos fechado em seu grupo palaciano, mais aberto a outras influências dos de cima, inclusive aberto às propostas dos poderosos grupos midiáticos, poderia ter caído nas graças da Folha, que durante a campanha declarou sua simpatia pelo caçador de marajás, e contra Lula.

Será que a Folha de S. Paulo estaria solitária nessa ousadia de declarar sua adesão ao programa de Collor, apesar do impeachment? Não, não a deixaram só. O jornal O Estado de S. Paulo também declara, no dia 30 de setembro, que concordava com o programa de Collor. Vale a pena recordar a chamada de primeira página: O povo não errou ao escolher quem prometia a reforma e a modernização. Foi traído pela cobiça de alguns, pela cumplicidade de muitos, pelo silêncio dos que se recusaram a dizer não. A hora não é de júbilo, mas de construir o futuro. Que o episódio de ontem sirva de lição. O Brasil merece o sacrifício da grande luta pelo seu destino.

No editorial, à página 3, o Estadão afirma que da perspectiva da modernidade "o programa com que o sr. Collor de Mello se apresentou à Nação em 1989 ainda é válido – talvez o único capaz de oferecer uma esperança aos que sofreram por acreditar naquele que simbolizava os jovens afastados das decisões políticas desde 1964".

Fácil a constatação da unidade entre a Folha e o Estadão neste caso. Comemoram a saída de Collor, mas ambos acreditam que Collor traiu a confiança nele depositada. E o que se enfatiza na traição é a não consecução do programa modernizador. Lamenta-se a corrupção, e as manchetes todas são muito fortes, mas acredita-se, não fosse ela, e tudo estaria no melhor dos mundos. Quem sabe, não tendo havido a corrupção em grau tão exagerado, poderia o Brasil, aplicado o programa de Collor, viver dias felizes. Esse parece ser o sentimento básico dos dois jornais e de toda a velha mídia, exceção, ainda, de IstoÉ.

O Jornal do Brasil, do mesmo dia 30 de setembro, não fugiu à regra. No editorial A hora dos brasileiros fica clara sua posição: Evidentemente, caso venha a assumir, Itamar Franco terá de formar um governo de consenso e realizar a tarefa hercúlea de assegurar a continuidade dos projetos modernizadores, tais como a reforma fiscal, a modernização dos portos, a privatização e a desregulamentação da economia.

Quanto a esse ponto, o do programa, parece não haver dúvidas: a imprensa hegemônica quase chega à unanimidade. Era preciso derrubar o homem, mas manter o programa que ele apresentara à Nação, e que expressava o projeto político da própria mídia. Com essa unidade de propósitos, entende-se por que, durante tanto tempo, Collor foi o homem dos sonhos da mídia hegemônica. Frustraram-se com ele, derrubaram-no, e agora só restava, mais à frente, encontrar outro personagem que pudesse personificar aquele programa, executar aquele conjunto de ideias. O novo príncipe não demoraria a surgir.

Referências bibliográficas

JOSÉ, Emiliano. Imprensa e Poder – Ligações Perigosas : a CPI do PC, do Collor e do Orçamento numa análise inédita. 2ª edição. Salvador: Edufba, 2010. Com depoimentos de Antonio Fausto Neto, Augusto Fonseca, Bob Fernandes, Clóvis Rossi, João Santana Filho.

KUCINSKI, Bernardo. A Síndrome da Antena Parabólica – Ética no Jornalismo Brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

MARX, Karl. O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

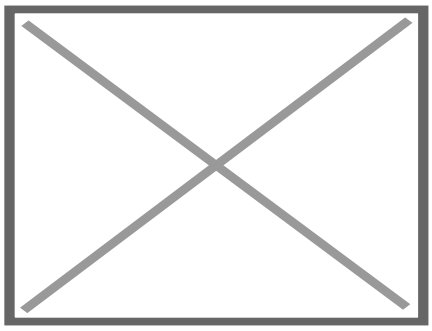
PORTELLI, Hugues. Gramsci e o Bloco Histórico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

POULANTZAS, Nico (org.). Estado em Crise. Rio de Janeiro: Edicões Graal, 1977.

THOMPSON, John B. O Escândalo Político: Poder e Visibilidade na Era da Mídia. Petrópolis: Vozes, 2002.

Emiliano José é professor-doutor (aposentado) em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, jornalista, escritor e integrante do Conselho de Redação de Teoria e Debate

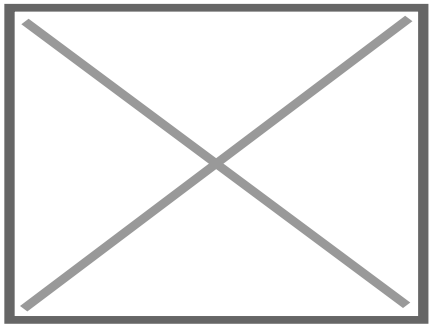
Outras matérias da edição 112 da Revista Teoria e Debate – Maio de 2013



Cuba, maio de 2013

A ilha passa por reformas que geram polêmicas. A direita não gosta da reafirmação do socialismo e setores da esquerda não apreciam concessões ao capitalismo

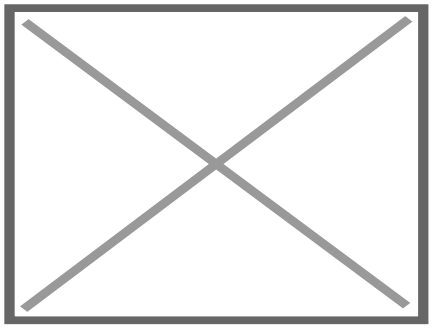
Por Valter Pomar



Um grande passo ao encontro da juventude

Resultado da construção coletiva, o Estatuto da Juventude será o marco jurídico que consolidará os direitos dos e das jovens como uma questão de Estado

Por Paulo Paim



Eleições no Paraguai: a volta de um passado reciclado

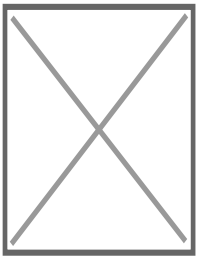
Vitória de Horacio Cartes, do Partido Colorado, é resultado direto do golpe de Estado que uniu partidos conservadores para destituir o presidente Fernando Lugo

Por Gustavo Codas

PEC 33: novo pretexto para bater no governo e no PT

Pela repercussão na imprensa, a proposta não terá chances de aprovação, mas teve o mérito de provocar o debate e chamar a atenção para os superpoderes do STF

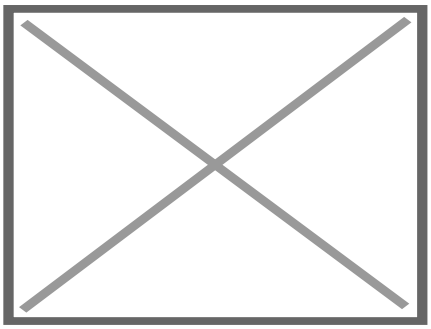
Por Antônio Augusto de Queiroz



A Outra História do Mensalão: as Contradições de um Julgamento Político, de Paulo Moreira Leite

O leitor compreenderá que as acusações contra o PT foram uma reação termidoriana feita fora das urnas por aqueles derrotados pelo voto possível

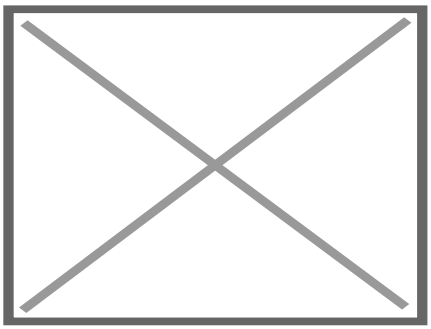
Por Lincoln Secco



Entrevista – Mais uma vez, PT enfrenta o senso comum

Em campanha pela reforma política, Rui Falcão afirma que é um bom momento para dialogar com a sociedade e falar da importância dos partidos político.

Por Rose Spina



Fortalecer a democracia representativa

O Brasil precisa de um sistema político mais moderno e democrático, de partidos mais representativos e programáticos – um dos objetivos da reforma política

Por Marcus Ianoni

Compartilhe nas redes: